

PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Comissão do Desenvolvimento

12.1.2009

RELATÓRIO

sobre a missão de inquérito de uma Delegação da Comissão do Desenvolvimento do Parlamento Europeu a Timor-Leste (29 de Novembro – 1 de Dezembro de 2008)

Ana Maria Gomes (PSE – Portugal), chefe de Delegação
José Ribeiro e Castro (PPE-DE – Portugal)

Introdução

Na sequência de um pedido apresentado pela Comissão do Desenvolvimento para efectuar uma missão de inquérito a Timor-Leste, o Presidente do Parlamento Europeu autorizou a visita em 17 de Outubro. Embora fosse inicialmente composta por cinco membros, a Delegação final enviada àquele país integrou dois Deputados da Comissão do Desenvolvimento — a Presidente da Delegação, Ana GOMES (PSE – Portugal) e José RIBEIRO e CASTRO (PPE-DE – Portugal) —, para além dos funcionários da DEVE José Carlos Illán Sailer (AD) e Dolores Ruiz Vicente (AST).

A missão de inquérito deixou Port Moresby em 28 de Novembro e chegou a Díli na manhã de 29 de Novembro. No seu todo, a missão compreendeu dois dias e meio de reuniões com as autoridades e com parceiros de relevo, bem como uma visita a um projecto financiado pela CE em Díli. A missão terminou às 11 horas e 45 minutos do dia 1 de Dezembro, após uma conferência de imprensa que teve lugar na sede da Delegação da CE, a Casa da Europa.

O objectivo da Delegação visava centrar as atenções na governação, na segurança e nos aspectos de desenvolvimento de um país que entrou recentemente para o grupo ACP, tendo em vista, nomeadamente, o papel que a UE pode desempenhar no apoio à transição de um quadro de fragilidade para uma situação de desenvolvimento sustentável.

A Delegação gostaria expressar o seu particular agradecimento à Embaixada de Timor-Leste em Bruxelas e ao protocolo de Estado em Díli e, em especial, à Delegação da Comissão Europeia, pelo seu apoio essencial à preparação do programa e à viabilização do sucesso da missão. Juan Carlos Rey Salgado, chefe da Delegação da CE, acompanhou igualmente a nossa Delegação no decurso das reuniões, prestando informações e um apoio valiosos.

Contexto da missão

Independente desde 20 de Maio de 2002, Timor-Leste é a mais jovem nação do mundo e o mais recente membro do grupo de países ACP (Maio de 2003). O país tem sido amiúde apresentado como um bom exemplo da construção de uma nação sob os auspícios da ONU. Não obstante, a violência política antes e depois das eleições gerais de 2007 demonstra que a situação é muito volátil e que há ainda um grande esforço a desenvolver para consolidar a jovem Democracia. Com efeito, Timor-Leste é um dos países mais pobres do mundo, com apenas 1 milhão de habitantes, muitos deles deslocados internos (DI). Timor-Leste é rico em petróleo e em gás, mas a sua economia ainda tem por base a agricultura.

A utilização destes novos recursos para o desenvolvimento constituirá o principal desafio do Governo timorense recém-eleito. O potencial aumento dos recursos estatais criou grandes expectativas num país onde 40% da população vive abaixo do limiar da pobreza. José Ramos-Horta, galardoado com o Prémio Nobel da Paz de 1996, foi eleito Presidente em 2007.

O PE segue atentamente a situação em Timor-Leste. Em 1999, o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento foi atribuído ao actual Primeiro-Ministro, Xanana Gusmão, imediatamente após a sua libertação. Desde 1996, o PE adoptou 10 resoluções sobre Timor-Leste, metade das quais em 1999, no auge das violações dos Direitos Humanos e da instabilidade política. Em 2006, o PE enviou uma Delegação para avaliar a situação política e analisar a adequação de programas de ajuda da UE. Uma Delegação do PE integrou igualmente a missão de observação eleitoral da UE (MOE UE), a fim de acompanhar as eleições presidenciais e legislativas de 2007.

PROGRAMA DE 29 DE NOVEMBRO

Desenvolvimento e economia: domínios essenciais para o futuro do país

Reunião com João Mendes Gonçalves, Ministro da Economia e do Desenvolvimento, no respectivo Ministério, às 9h40

A primeira reunião teve lugar com João Mendes Gonçalves, Ministro da Economia e do Desenvolvimento. A reunião não poderia abranger o vasto leque de temas incluídos no mandato do Ministério, atendendo aos condicionalismos de tempo, motivo por que se centrou principalmente na actual situação no que diz respeito aos domínios essenciais inseridos na estratégia nacional para o desenvolvimento, como o desenvolvimento rural e a promoção do sector privado.

O facto de o Comissário Louis Michel ter recentemente visitado o país levou a que as conversações versassem o 10.º FED, fundo a partir do qual deverão ser atribuídos 66 milhões de euros a três áreas essenciais: o desenvolvimento rural sustentável, a saúde e o reforço de capacidades a nível institucional. Para além disso, o Comissário Michel comprometeu-se a viabilizar 18 milhões de euros como parte do Instrumento de Estabilidade.

Questionado pela Deputada Ana Gomes sobre as prioridades do seu Ministério, João Mendes Gonçalves garantiu que a estratégia de desenvolvimento apresentada no Conselho de Ministros em Setembro visará, designadamente, o desenvolvimento rural, o emprego e o incremento do sector privado. Mas, como afirmou o Ministro, o desenvolvimento e o rumo da economia dependem de alguns factores a que ainda haverá que fazer face: o primeiro é a reinserção estável dos veteranos (também chamados "peticionários") na vida normal, com pensões de reforma de 300 a 400 dólares por mês; o segundo é a questão dos deslocados internos (DI), dos quais 20.000 a 30.000 ainda vivem em acampamentos fora de Díli (existirão ainda cerca de 70.000 outros deslocados internos, que não se encontram declarados, porque não vivem em acampamentos); o terceiro é a falta de recursos humanos e do reforço das capacidades que são imprescindíveis para abarcar as importantes medidas previstas no plano de desenvolvimento.

A Comissão Europeia declara-se pronta para trabalhar nas áreas supracitadas, nomeadamente, na do desenvolvimento rural, com cerca de 45 milhões de euros a conceder até 2013. Juan Carlos Rey Salgado, chefe da Delegação da CE, anunciou que está previsto para Março de 2009 um seminário nacional sobre a temática do

desenvolvimento rural. Na verdade, este evento dará um contributo valioso para fazer face a alguns dos problemas salientados pelo Ministro, como a falta de agrónomos e de consultores técnicos, assim como as deficientes infra-estruturas existentes nas áreas rurais. Em consequência, uma das principais tarefas a realizar em 2009 será a de melhorar o actual sistema de irrigação e o acesso à rede viária, o que ajudará a reforçar a cobertura das áreas rurais em termos de serviços sociais básicos, a par do rendimento das populações rurais.

O Deputado Ribeiro e Castro colocou uma questão sobre um dos problemas mais complexos no país, o desemprego. Desde 2006, segundo o Ministro, registaram-se progressos na diminuição da taxa de desemprego, mas, atendendo a que este problema afecta principalmente a população jovem, o risco da ocorrência de manifestações violentas continua a ser elevado. Apesar da situação, o nível da actividade económica está a crescer graças aos investimentos do Governo na união de cooperativas da agricultura, das pescas e do crédito.

O país dispõe de um leque muito vasto de possibilidades a explorar no âmbito do agro-sistema, principalmente, no que diz respeito ao cacau e ao café. O Ministro João Mendes Gonçalves afirmou que há alguns planos para produzir e exportar cacau, que é mais rentável do que o café. Juan Carlos Rey Salgado assinalou a propósito a necessidade de se trabalhar nas questões da certificação e ofereceu a ajuda da Comissão para se avançar neste domínio.

A reunião foi encerrada com algumas observações sobre as seguintes matérias: em primeiro lugar, o Ministério aguarda com muito interesse o programado seminário sobre o desenvolvimento rural e está disposto a solicitar um estudo de viabilidade para o desenvolvimento do sector do cacau com o auxílio de fundos europeus. Em segundo lugar, o incremento do sector privado, com a criação do Instituto para a Promoção do Sector Privado, será crucial a curto e médio prazo. Este Instituto dará acesso ao crédito de que muitos empresários precisam para criar uma empresa. O país procura financiamentos que complementem os 3 milhões de dólares atribuídos pelo Governo, a fim de alcançar os 15 milhões que são necessários para instituir três bancos de crédito. Por fim, a promoção da indústria do turismo e o cultivo de produtos bio-orgânicos, que cumpram as normas fitossanitárias e que sejam susceptíveis de exportação para os mercados europeus, deverão ser uma das áreas a explorar, de molde a diversificar as fontes de receita.

A reunião terminou às 10 horas e 30 minutos.

A necessidade de reforçar o Parlamento Nacional

Reunião com Fernando Lasama de Araújo, Presidente do Parlamento Nacional, e com membros da Mesa Nacional, no Parlamento Nacional, às 11h10

O Parlamento Nacional (PN) de Timor-Leste, criado em 2002, é uma assembleia unicameral com 88 representantes eleitos (Deputados). A maioria dos representantes possui uma experiência muito limitada dos papéis, das regras e das funções dos representantes políticos eleitos ou do funcionamento parlamentar, motivo por que uma

das questões fulcrais em debate consistiu no modo de reforçar a capacidade deste órgão, com ênfase para o secretariado, que é a função pública do Parlamento. A ideia geral acentuou o facto de que um secretariado que funcione devidamente tem uma importância crucial para a capacidade de funcionamento da instituição parlamentar, uma vez que os representantes mudam de eleição para eleição, mas o secretariado permanece, conferindo-lhe continuidade e memória institucional.

A Deputada Ana Gomes apresentou uma síntese da missão da Assembleia Parlamentar Paritária à Papuásia-Nova Guiné, salientando que Timor-Leste primara pela ausência em tão importante reunião. Fernando Lasama de Araújo notou que existe um fosso entre o secretariado ACP e o PN em matéria de informação, que é preciso colmatar. Foi mais uma vez salientada a ideia de que um secretariado parlamentar e activo e rotinado se reveste de uma importância primordial, caso Timor-Leste queira aumentar a sua capacidade de intervenção na sua qualidade de novo membro ACP. Para esse fim, foram avançadas duas propostas: por um lado, o representante CE, Juan Carlos Rey Salgado, indicou que, em Janeiro, seria levada a cabo uma avaliação das necessidades do PN, no âmbito do apoio da CE ao sector governativo; por outro, esta iniciativa poderá vir a ser articulada com uma outra proposta, que é um projecto para apoiar os membros do PN, com o contributo do Gabinete do Parlamento Europeu para a Promoção da Democracia Parlamentar (GPEPDP), em coordenação com a CE.

Após estas observações, Fernando Lasama de Araújo apresentou sucintamente a situação do PN após 2006, período durante o qual a situação em termos de segurança melhorou e a reforma do Governo e do sector militar foi, de algum modo, alcançada. O PN alcançou-se a um estatuto político que perdera havia muitos anos. De acordo com o Presidente do Parlamento, esta melhoria é algo que se fará sentir nas negociações do orçamento para 2009, a que os membros da Mesa Nacional chamaram um "orçamento de impacto estratégico".

O Deputado Ribeiro e Castro debruçou-se, então, sobre a vigilância que o PN exerce sobre o Fundo do Petróleo e sobre o modo como 3% das respectivas receitas estão a ser aplicados em sectores sociais básicos. Os representantes da Mesa Nacional indicaram que há um órgão consultivo do Fundo do Petróleo que está em contacto directo com o PN, mas que esta instituição deve exercer um maior controlo para alcançar os objectivos de desenvolvimento a que o Fundo do Petróleo dá corpo. Foi anunciado que o PN está presentemente a elaborar uma lei anti-corrupção, que a subcomissão do combate à corrupção porá em prática a partir de 2009, a fim de evitar, entre outras coisas, que os recursos do Fundo do Petróleo sejam desbaratados. Neste ponto, foi novamente frisada a ideia de que haverá necessidade de desenvolver capacidades de fiscalização, por exemplo, impulsionando a criação de sistemas e processos de apoio internos, que poderão permitir que os representantes analisem, debatam e aprovem o Orçamento Geral do Estado e procedam a um controlo sistemático do desempenho e dos gastos do Governo.

A Deputada Ana Gomes pediu informações sobre o sistema judicial e sobre a forma como ele poderá vencer os obstáculos e prestar um bom serviço à comunidade. Fernando Lasama de Araújo observou que, após a retirada indonésia de Timor-Leste em 1999, as instituições judiciais tiveram de ser construídas a partir da base. Nem um

único juiz permaneceu no território. Os edifícios e as infra-estruturas haviam sido destruídos. Não havia senão um reduzido número de pessoas com formação jurídica. A este respeito, os desafios de desenvolvimento que Timor-Leste enfrenta, acrescentou Fernando Lasama de Araújo, caracterizam-se por uma escassez de pessoal especializado e por uma ausência de sistemas e processos institucionais básicos. Simultaneamente, urge introduzir e consolidar a ética profissional e as atitudes em relação ao trabalho.

Fernando Lasama de Araújo fez ainda notar que a prioridade reside na constituição de tribunais civis e militares (neste último caso, com o auxílio do Brasil) e na necessidade urgente de separar os poderes executivo, legislativo e judicial. Uma ideia que se pode retirar desta troca de pontos de vista é a ausência da percepção de um sistema de Justiça entre as populações de Timor-Leste: e daí as pessoas continuarem a recorrer à Justiça informal ou tradicional para resolver qualquer problema que afecte a sua vida normal. Por exemplo, a violência de género grassa na sociedade timorense, mas são poucos os casos que são participados, sendo a maioria das ocorrências tratada ao nível do sistema informal ou tradicional. A Delegação foi informada da existência de um centro de estudos sobre questões de género, que está a aumentar o grau de sensibilização das populações em relação a este problema, tentando desencadear um debate sobre a violência doméstica exercida contra as mulheres na sociedade timorense.

Mas o verdadeiro problema tem a ver com a língua. Como afirmou Fernando Lasama de Araújo, os decretos aplicáveis existem sob a forma de legislação de Timor-Leste, disponível na maior parte dos casos em português, de regulamentos da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) em inglês e indonésio e de Direito derivado indonésio, quase inacessível. Este facto ocasionou significativas barreiras linguísticas. Além disso, há uma plethora de dialectos locais e de sistemas de Justiça tradicionais enraizados na família, no clã e na aldeia, o que faz com que os sistemas tradicionais colidam, por vezes, com o sistema constitucional.

Neste contexto, um dos eventuais projectos a ponderar pela CE será o da abordagem do problema da interpretação e da tradução de português para tétum (a principal língua falada na ilha), e vice-versa, no âmbito de um programa de apoio à governação e ao reforço dos órgãos políticos, como o PN. O papel do PE no actual sistema pode também dar uma grande ajuda, dada a sua vasta experiência neste domínio.

A Deputada Ana Gomes anunciou, no final da reunião, que será organizada uma exposição fotográfica sobre Timor-Leste nas instalações do PE, em Fevereiro de 2009. As imagens expostas apresentarão principalmente o trabalho de fotógrafo Luís Ramos Pinto, além de outros contributos.

A reunião terminou às 12 horas e 20 minutos.

A estratégia de redução da pobreza em Timor: foram dados passos importantes, mas ainda há um longo caminho a percorrer

Reunião com o Dr. José Luís Guterres, Vice-Primeiro-Ministro, no Palácio do Governo, às 14h10

Após a apresentação do objectivo principal, quer da Delegação, quer da última sessão da Assembleia Parlamentar Paritária que se realizou lugar na Papuásia-Nova Guiné, a Deputada Ana Gomes solicitou a José Luís Guterres que apresentasse uma síntese breve da situação económica e política do país, com especial ênfase para os principais sectores que hão-de promover (pelo menos, assim se espera) a via do desenvolvimento sustentável.

José Luís Guterres começou por dizer que, embora os recursos financeiros sejam agora suficientes e a coordenação entre todas as esferas da sociedade — Igreja, administração local, sociedade civil — tenha dado um impulso à agenda do desenvolvimento, o progresso para a concretização do duplo objectivo do país, o crescimento económico e a redução da pobreza no âmbito dos ODM, acabou por ser limitado, principalmente devido aos actuais problemas de execução orçamental. Como asseverou o Vice-Primeiro-Ministro, "a máquina do Estado não é suficientemente eficaz".

Timor-Leste tem uma economia rural e é um país muito pobre e subdesenvolvido. Além disso, o exército indonésio destruiu a maioria das infra-estruturas, ao abandonar o país em 1999. José Luís Guterres confirmou que os indicadores socioeconómicos apontam para uma baixa esperança de vida, analfabetismo elevado, insegurança alimentar generalizada e acesso limitado aos serviços básicos. Não obstante, a situação é significativamente melhor do que em 2006. José Luís Guterres recordou que, durante este período de dois anos, o Governo teve de tratar dos pedidos dos "peticionários" (veteranos das Forças Armadas que tiveram de ser reintegrados na vida civil) e de resolver um dos seus mais antigos problemas: o do regime de pensões para os idosos e os reformados.

O Deputado Ribeiro e Castro pediu informações sobre as enormes reservas de petróleo e de gás "offshore" existentes no Mar de Timor, que têm muito potencial e que parecem poder vir a afectar o desenvolvimento económico do país. O Vice-Primeiro-Ministro confirmou que as enormes receitas que Timor-Leste pode vir a retirar das reservas de petróleo e de gás no Mar de Timor podem ocasionar uma mudança importante na sua situação macroeconómica. De facto, uma das principais acções a desenvolver a curto prazo com os lucros gerados pelo petróleo será a de alargar às áreas rurais um sistema de irrigação, com o objectivo final de aumentar o rendimento da população agrícola.

José Luís Guterres prosseguiu, afirmando que as receitas a obter apenas nos termos do acordo relativo ao campo petrolífero de Bayu Undan cifrar-se-ão previsivelmente em 11 mil milhões de dólares no decurso dos próximos 20 anos, esperando-se que o poço de "Sunrise" renda 10 mil milhões de dólares. Além disso, o Fundo do Petróleo (com activos no valor de mais de 3 mil milhões de dólares) faz de Timor-Leste um exemplo no quadro da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas. O

Vice-Primeiro-Ministro alertou, porém, para o facto de que a descida do preço do petróleo pode também vir a ter um impacto negativo nestas receitas, pelo que uma das principais questões que Timor-Leste terá de resolver reside na manutenção das receitas do petróleo e do gás, ao mesmo tempo que diversifica outros sectores, como a agricultura, que continua a ser a única fonte de rendimento para cerca de 80% dos agregados familiares das zonas rurais.

É interessante como o Governo timorense está a tentar responder eficazmente às necessidades fundamentais da população. Um dos objectivos do actual Governo é levar a electricidade a toda a população até 2012. Isto implica fazer opções que podem ser eficazes na concretização do objectivo a curto prazo, mas que se podem revelar problemáticas a médio prazo. Referimo-nos ao projecto governamental de "Construção da Rede Eléctrica Nacional, das Centrais Eléctricas e das respectivas Instalações", de longe o maior projecto alguma vez empreendido em Timor-Leste, cujo valor estimativo ronda os 300 a 500 milhões de dólares, destinado à construção de duas centrais eléctricas a óleo pesado, que são muito dispendiosas, não muito ecológicas e que poderão exceder em muito o total das necessidades previstas de electricidade em Timor-Leste durante os próximos 20 anos (de acordo com o Banco de Desenvolvimento Asiático, o pico da procura de electricidade em Timor-Leste em 2002 foi de 18,6 MW, para um objectivo de 109 MW até 2025. As centrais eléctricas produzirão entre 150 e 200 MW).

Ambos os Deputados do Parlamento Europeu manifestaram a apreensão de que, caso o projecto vá para a frente, as centrais eléctricas a óleo pesado tornarão supérfluas as centrais hidroeléctricas de Iralalaro e Gariwai, a par de outros projectos e propostas para os agro-combustíveis, o biogás, a hidroelectricidade, a recolha de gás infiltrado, a energia eólica e demais fontes alternativas.

José Luís Guterres concluiu com o anúncio de que Timor-Leste pretende tornar-se membro da ASEAN, a fim de atrair investidores estrangeiros, designadamente, os europeus.

A reunião terminou às 15 horas e 15 minutos.

Uma perspectiva diferente por parte do partido da oposição (FRETILIN)

Reunião com o Dr. Mari Alkatiri, principal dirigente do partido da oposição Fretilin, no gabinete de trabalho de sua casa, às 16h00

Mari Alkatiri tem sido qualificado por alguns como um negociador hábil e um nacionalista económico, que assegurou uma parcela comparativamente maior do quinhão de Timor-Leste nos recursos petrolíferos do Mar de Timor contra a Austrália. Não admira, por isso, que a primeira questão suscitada tenha sido a da difícil situação macroeconómica do país e, em seu entender, a do baixo perfil administrativo do Primeiro-Ministro Gusmão. "O sistema macroeconómico de gestão fiscal foi desmantelado", frisou Mari Alkatiri, "e, com uma situação reduzida despesa orçamental e de falta de transparência nas subvenções públicas, a sustentabilidade do Governo em funções encontra-se em maus lençóis".

Com efeito, a primeira parte da reunião deu uma imagem distante da proporcionada pelos membros do Governo. Nessa medida, foram abordados alguns dos alegados casos de falta de transparência na maneira como o Governo está a conduzir a sua acção (ou seja, a abertura de concursos públicos, a falta de controlo financeiro e de fiscalização por parte do Parlamento Nacional, etc.). O argumento principal do partido da oposição é o de que o Governo não é capaz de investir todos os recursos disponíveis no combate à pobreza e que a situação tende a deteriorar-se, atendendo à falta de capacidade do Parlamento Nacional para chamar o executivo de Gusmão à responsabilidade. "Interrogo-me se vale a pena continuar a presente legislatura com este tipo de Parlamento", acrescentou Mari Alkatiri.

A Deputada Ana Gomes fez uma pergunta sobre a situação do desenvolvimento após a demissão do seu interlocutor em 2006. Mari Alkatiri declarou que o Governo não dispõe de qualquer estratégia de desenvolvimento nacional. Consubstanciou o seu argumento, afirmando que não foi utilizado nenhum dos instrumentos de definição de políticas desenvolvidos no decurso do seu mandato (planos anuais de carácter operacional, planos anuais de âmbito sectorial e geográfico, etc.). "Talvez haja algum documento que contenha o Plano", reconheceu, "mas até agora não foi posto em prática".

Questionado pelo Deputado Ribeiro e Castro sobre o problema da segurança, Mari Alkatiri referiu de passagem o papel assumido pelas forças do exército australiano em 2006 (Alkatiri e outros dirigentes da Fretilin defendem que, nesse ano, o Governo australiano instigou os motins e depois usou as suas tropas para forçá-lo a abandonar o poder em favor de Ramos-Horta). Reconheceu, porém, que elas se mostram agora mais cooperantes. "Ainda são necessárias algumas forças", disse, "mas o que realmente me preocupa é que, sem uma Polícia que, de facto, funcione, jamais poderá haver Justiça".

A última questão debatida foi a da intenção da Fretilin de organizar uma Marcha da Paz. O partido da oposição anunciou em Setembro que encabeçaria uma manifestação de 50.000 pessoas em Díli para exigir "Paz e Democracia" e para demonstrar que não reconhece a legitimidade constitucional do Governo Gusmão. "Têm tentado resolver os problemas só com dinheiro", declarou Mari Alkatiri, "mas não resolvem os problemas políticos através de meios políticos". Concluiu, dizendo, porém, que a Marcha da Paz seria adiada até próximo ano.

A última mensagem que Mari Alkatiri transmitiu foi a de que, "em Timor-Leste, só há um partido coeso (a Fretilin) ... os outros estão dispersos".

A reunião terminou às 17 horas.

O papel de proa da Igreja no maior país católico da Ásia

Reunião com o Bispo de Díli, Alberto Ricardo da Silva, na residência do Bispo, às 17h10

O actual papel da Igreja contrasta com o do tempo em que o Arcebispo Bello se tornou uma figura proeminente na luta pela independência. Parte da mudança pode imputar-se ao facto de a Igreja Católica ser dominante em Timor-Leste e a ocupação prolongada do país pela Indonésia muçulmana ter posto em causa a sua preponderância. Em qualquer dos casos, a Igreja continua a lutar pelas suas "almas" num contexto em que tem feito uso de toda a sua influência para persuadir os dirigentes políticos por meio das acções que desenvolve como grupo de pressão e da organização de manifestações de massas.

O Bispo Ricardo da Silva apresentou um panorama da situação política e económica que se vive actualmente no país, frisando que os dois problemas principais com que se debate a sociedade timorense são a fragilidade do sistema educativo e a pobreza generalizada entre os jovens. O diagnóstico do Bispo vem na linha do que a Delegação tinha ouvido da parte de funcionários governamentais: falta de infra-estruturas, recursos humanos de baixo nível e um aparente enfraquecimento da língua portuguesa constituem as insuficiências do sistema educativo. "Dado o elevado nível de analfabetismo entre os jovens, o desemprego afectará, não apenas os jovens do presente, mas também os da próxima geração", concluiu.

Num país com 96% de católicos, o Bispo anunciou a criação futura de uma Universidade Católica, que dará formação em domínios práticos e da mecânica, como a mecânica automóvel, os operadores industriais, etc..

A reunião terminou às 18 horas.

Construir um país a partir da estaca zero: o papel da MINUT

Reunião com Atul Khare, representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas; Takahisa Kawakama, adjunto do representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas; Finn Reske-Nielsen, adjunto do representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Apoio à Governança, ao Desenvolvimento e à Coordenação Humanitária, representante residente do PNUD; Gerard Galluci, chefe de pessoal da MINUT; Colin Stewart, encarregado dos Assuntos Políticos da MINUT; Mari Warren Smith, assistente especial do representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e Takakazu Ito, assistente especial do representante especial, na sala de conferências B do campo de deslocados Obrigado, MINUT, às 18h10

A MINUT convocou as suas mais altas instâncias para a reunião com a Delegação europeia. A Deputada Ana Gomes agradeceu ao Sr. Khare o acolhimento caloroso e enunciou os objectivos principais da missão e da sessão da APP recentemente realizada na Papuásia-Nova Guiné. O Sr. Khan tomou a palavra e fez uma referência ao papel importante não apenas do Parlamento Europeu, através da sua participação na missão de observação eleitoral de 2006, sobre a qual o Sr. Khan apresentou um relatório em 2007, mas também do Parlamento Nacional enquanto núcleo do processo democrático, que, conforme acrescentou o Sr. Khan "se está a desenrolar num ambiente volátil".

A Deputada Ana Gomes fez referência à necessidade de trazer representantes parlamentares timorenses a Bruxelas para desenvolverem as suas capacidades, ao que o Sr. Khan acrescentou que esse regime poderia ser implementado na próxima reunião ACP-UE, a realizar em Bruxelas, em 10 e 11 de Fevereiro de 2009, com o auxílio da MINUT. Desta forma, será possível consolidar os fortes alicerces políticos do país, que enfrentou a sua prova de fogo aquando do ataque ao Presidente Ramos-Horta no passado mês de Fevereiro.

Questionado sobre as perspectivas de desenvolvimento do processo de formação de uma nação e de um Estado, o representante especial afirmou que o país está no caminho certo, mas reconheceu novamente que a situação actual de "tranquilidade sem confiança" tem de ser, antes de mais, superada. Certamente que o plano da MINUT consiste em "dotar um país menos desenvolvido de instituições capazes de enfrentar obstáculos futuros de forma racional", afirmou o Sr. Khan.

Questionado pelo Deputado Ribeiro e Castro sobre as principais questões que é necessário abordar para promover o desenvolvimento, o representante especial focou três áreas: a reforma do sector da segurança e o Estado de Direito. A este respeito, fez alguns comentários sobre a necessidade de conceber um papel relevante para o exército timorense e de tentar fazer face à situação de impunidade que afecta a legitimidade do sistema judicial. A segunda área é o desenvolvimento social e económico através de lucros rápidos relacionados com projectos a médio prazo. Neste caso, o Sr. Khan teceu considerações sobre a utilização do petróleo para o desenvolvimento, o grande desafio que a externalização enfrenta e, numa tentativa de visualizar o futuro do país, comentou que o papel de Timor-Leste deve ser encarado no contexto da globalização. A terceira área é a promoção da democracia. Inegavelmente, a questão principal em causa é a situação relativa à Justiça, onde se gerou um grande estrangulamento devido à incapacidade dos serviços responsáveis pela aplicação da lei para apresentar resultados (estima-se que cerca de 5.000 processos ainda se encontram pendentes).

O Deputado Ribeiro e Castro referiu o que parece ser um estrangulamento no futuro político de Timor-Leste: o fosso existente entre a geração actual de líderes políticos, presentemente no poder, e a próxima geração de líderes, actualmente com idades a rondar os 35 anos. O Sr. Khan admitiu que ninguém está a emitir sinais de liderança e que tal levanta questões sobre o futuro panorama político, quando a geração existente desaparecer do poder. O representante especial acolheu positivamente algumas ideias lançadas sobre a concepção e a execução de um projecto visando reforçar a capacidade destes indivíduos com a eventual participação do PE.

O Sr. Khan manifestou, encerrando a reunião, a sua predisposição para obter o apoio do PE no que diz respeito à renovação do mandato da MINUT, em 2009.

A reunião terminou às 19h05 e o Sr. Khan convidou a Delegação do PE para jantar.

PROGRAMA DE 30 DE NOVEMBRO

Visita ao Hospital Nacional "Guido Valadares", em Díli

Reunião com o Director e o pessoal e visita às instalações, às 10h00

O hospital foi remodelado com o auxílio de fundos da CE e foi recentemente inaugurado pelo Presidente Ramos-Horta e pelo Comissário Michel, tendo ambos referido o excelente trabalho que os médicos cubanos estão a efectuar no país. Actualmente, cerca de 250 médicos exercem actividade em zonas para as quais os médicos locais não se deslocariam. A Delegação salientou a forma como os edifícios existentes foram remodelados e ampliados, bem como as novas instalações hospitalares, cuja construção está em curso.

Isto foi concretizado na sequência do encerramento do campo de deslocados internos, onde cerca de 1.500 deslocados internos viveram nos corredores hospitalares e nos terrenos envolventes desde a crise de 2006. A saúde é um dos sectores em que a CE está a procurar uma estreita coordenação com outros doadores, no intuito de utilizar um instrumento de abordagem sectorial no âmbito do 10.º FED.

Reforma do sector da segurança: colmatar o fosso entre as forças armadas e a polícia

Reunião com o Brigadeiro-General Taur Matan Ruak no Hotel Timor, às 15h00

O Brigadeiro Ruak enquadrou a questão da reforma da segurança no vasto contexto da crise de 2006, que deixou o exército e a polícia arruinadas, no seguimento da qual as forças internacionais assumiram novamente as rédeas da segurança. Nestas circunstâncias, explicou que as probabilidades de os agentes políticos utilizarem o exército e a polícia no seu próprio interesse permanece elevado, visto que, até agora, as fronteiras de autoridade entre o exército, que não se contenta com as suas atribuições no pós-independência, e a polícia são difusas.

O Brigadeiro Ruak exprimiu igualmente a sua preocupação relativamente à disparidade existente entre o apoio concedido ao exército, que contou com um único conselheiro internacional para a formação nas suas novas funções, e a polícia, que dispôs de 157 conselheiros: "Formar um exército profissional está a revelar-se muito difícil nestas condições", afirmou o comandante da Força de Defesa. Certamente que esta ideia reflecte uma declaração proferida pelo Primeiro-Ministro Gusmão, na qual exigiu sinais de profissionalismo a ambas as forças armadas, a fim de dispensar as Forças de Estabilização Internacionais (ISF) e a Polícia das Nações Unidas (UNPOL).

O Brigadeiro Ruak considera que se deveria pôr termo à presença das forças australianas, mas reconheceu igualmente que esta é essencialmente "uma questão política" e que "dada a situação de fragilidade, não existe alternativa para ter os australianos no país... desde que cooperem". A sua preocupação fundamental é evitar o exemplo das Ilhas Salomão, onde tropas estrangeiras (a Missão de Auxílio Regional às Ilhas Salomão) têm estado presentes desde 2003 devido à agitação política.

O Brigadeiro Ruak abordou igualmente as questões da melhoria de coordenação entre doadores (a nível multilateral e bilateral), de colmatar lacunas legislativas e de melhorar os procedimentos disciplinares. Sublinhou que outras questões como a dimensão das forças, as grandes aquisições de equipamento e as definições do papel do exército e da polícia deveriam ficar em suspenso, até que um processo consultivo dê a palavra aos cidadãos de Timor.

A reunião terminou às 16h00.

Aproximar a Justiça das pessoas: a experiência dos Advogados sem Fronteiras (ASF)

Reunião com Carolyn Tanner, chefe da missão dos ASF na Casa Europa, às 16h20

A ASF é uma ONG belga estabelecida em Timor-Leste desde 2002, onde desempenhou um papel fundamental no reforço do sistema judicial incipiente de Timor-Leste, colaborando com associações locais da sociedade civil, o Governo, as agências da ONU e outros agentes bilaterais e internacionais. A Sra. Tanner explicou que, desde 2007, a ASF concentra o seu apoio no reforço do acesso à Justiça através de educação e informação jurídica às comunidades e aos seus dirigentes, prestando serviços de assistência judiciária ao público, reforçando o desenvolvimento profissional dos advogados privados e criando uma Ordem de Advogados.

Os Deputados Ana Gomes e Ribeiro e Castro reflectiram sobre os problemas colocados pela língua. Quase todos os advogados privados se formaram em indonésio e a tradução de leis e de procedimentos para tétum e português será um esforço importante nos próximos anos. O Sr. Rey confirmou novamente a disponibilização de fundos comunitários para apoiar a tradução de legislação para as principais línguas mediante a utilização do programa "SYSTRAN", utilizado na DG TRAD.

A reunião terminou às 17h00.

PROGRAMA DE 1 DE DEZEMBRO

Apreciação do diagnóstico financeiro do país

Reunião com Rui Hanjam, Ministro-adjunto das Finanças e do Planeamento, e técnicos do Ministério das Finanças e do Planeamento, às 8h30

A Deputada Ana Gomes apresentou os objectivos principais da missão e colocou duas questões: a preocupação expressa por alguns interlocutores de que o nível de execução orçamental ainda é baixo e a alegada falta de transparência no que diz respeito a contratos importantes (canhoneiras e centrais eléctricas chinesas). Referiu de passagem que a responsabilidade perante o Parlamento Nacional é muito importante num processo democrático e que foram suscitadas algumas preocupações

fundamentais relativamente ao impacto ambiental que as centrais eléctricas teriam no país.

O Ministro-adjunto apresentou uma síntese da situação financeira actual de Timor-Leste que, graças ao sector do petróleo, dispensa o país de contrair qualquer empréstimo por parte do sistema bancário de apoio ao desenvolvimento. Reconheceu que "estamos dispostos e habilitados a investir no desenvolvimento da infra-estrutura do país, mas estamos a enfrentar muitos desafios (falta de recursos humanos e de competências, rigidez dos mecanismos de execução, dificuldades em matéria de contratos públicos, etc.), o que impede Timor-Leste de executar todos os projectos previstos no orçamento do Estado".

Afigura-se que as incapacidades em matéria de execução orçamental, os condicionalismos em termos de aptidões e a falta de planeamento relativamente ao método de gestão do capital para o desenvolvimento comprometem a execução eficaz dos orçamentos, embora este ano a percentagem de execução da despesa orçamental seja cerca de 80 a 90%, de acordo com os seus cálculos.

Relativamente à falta de transparência, o Sr. Hanjam afirmou que, por diversas ocasiões, o gabinete do Ministério do Planeamento e das Finanças compareceu perante o Parlamento Nacional para responder a todas as perguntas que lhe foram dirigidas.

Passou a referir o "caso da China" e declarou que, "às vezes, é mais fácil trabalhar com eles pelas razões que todos conhecemos, não obstante a fragilidade das normas ambientais". Manifestou o seu interesse em efectuar avaliações de impacto ambiental com o auxílio da comunidade de doadores. Para este efeito, o país procura fontes de energia renováveis, no intuito de abandonar gradualmente o consumo com base nas energias fósseis tradicionais.

A reunião terminou às 9h20.

Ramos-Horta e o triunfo da vontade

Reunião com José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República, no Gabinete do Presidente, às 10h15

Em 11 de Fevereiro de 2008, Ramos-Horta foi alvejado numa tentativa de homicídio. Uma intervenção médica célere, em Díli e, subsequentemente, na Austrália, salvou a vida do Presidente. Quando a Delegação DEVE se reuniu com o Presidente, o seu primeiro comentário foi: "Não estou recuperado a 100%, nove meses após esse episódio".

A Deputada Ana Gomes fez um relato geral da missão, destacando, até ao momento, dois dos desafios fundamentais que se colocam ao país: questões no domínio da Justiça e do ambiente, manifestando simultaneamente a esperança de que Timor-Leste reforce o seu perfil político no grupo dos países ACP. Para tal, a Deputada Ana

Gomes explicou que será necessário reforçar o papel do Parlamento Nacional com o auxílio de vários intervenientes, entre os quais o Parlamento Europeu.

O Presidente veiculou um panorama da situação actual do país, sublinhando o importante papel que a Casa Europa tem desempenhado a fim de garantir igualmente a transição para a estabilidade, bem como a importância de fazer parte da ASEAN, o que concederá ao país um apoio mais internacional.

O Deputado Ribeiro e Castro inquiriu sobre a questão da segurança. Ramos-Horta indicou que o objectivo para 2012 será reorganizar e formar integralmente as forças de segurança, o exército e a polícia, com o auxílio das tropas australianas. Para o efeito, apoiou a decisão tomada em Fevereiro de fundir a polícia e o exército sob um comando único, provavelmente tendo em vista abordar o enquadramento legislativo para cada organização, um dos estrangulamentos da reforma da segurança.

A questão das canhoneiras chinesas (algo sobre o qual o Presidente já havia manifestado as suas dúvidas) abriu caminho ao debate sobre o tratamento destas matérias, de antemão, no Parlamento. Ramos-Horta lamentou que, por vezes, o funcionamento normal do Parlamento Nacional seja afectado pelos interesses das maiorias políticas. "Não aceitarei a tirania das maiorias no Parlamento", acrescentou.

Duas outras questões foram debatidas antes de terminada a reunião. Ramos-Horta é favorável às energias renováveis, mas reconheceu que a maioria delas ainda está a ser testada, o que torna a sua adopção muito dispendiosa para os pequenos países, pelo que há que centrar as atenções noutras alternativas, incluindo as centrais eléctricas chinesas. Outra questão levantada foi a dos êxitos alcançados em termos sociais no último ano e meio, a saber: os regimes de pensões para mais de 150.000 idosos e pessoas com deficiência, que recebem 120 dólares de dois em dois meses, e uma política de tipo keynesiano em zonas rurais, onde o Governo está a adquirir produtos para injectar fundos na economia local.

A reunião terminou às 11h10, após a Conferência de Imprensa da Deputada Ana Gomes com os meios de comunicação locais que faziam a cobertura da reunião com o Presidente Ramos-Horta.

Conferência de Imprensa

Local: Casa Europa

Data e hora: 1 de Dezembro, às 11h20

Participantes: Deputados Ana Gomes e Ribeiro e Castro e o Sr. Juan Carlos Rey Salgado, Chefe da Delegação da CE

Os Deputados Ana Gomes e Ribeiro e Castro gizaram as linhas gerais da missão, sublinhando a grande mudança que lhes foi possível observar ao nível da infra-estrutura básica e da estabilidade política, desde 2006. Abordaram diversas matérias, como a situação com os "peticionários", os regimes de pensão em vigor que abrangem idosos e pessoas com deficiência, bem como o papel vital que a transparência democrática e o Estado de Direito desempenham no processo que o país

atravessa com vista à formação da nação. Uma das mensagens transmitidas aos meios de comunicação social é a de que o Parlamento Europeu está disposto a prestar o seu contributo para formar uma nova geração de líderes.

Conclusões e recomendações

Conforme o exposto no relatório, a situação do país pode ser descrita como calma, embora frágil. Todas as partes interessadas consultadas concordam com esta descrição e reconhecem que as sequelas da crise de 2006 ainda não estão completamente curadas. Neste contexto, a União Europeia e as Nações Unidas têm de prosseguir o seu compromisso de apoiar a democracia e o Estado de Direito no país. Contudo, tal não será possível sem um diálogo abrangente entre os partidos políticos para esbater as diferenças políticas e participar no processo democrático no âmbito do quadro jurídico e constitucional.

Parece evidente que os dois desafios fundamentais que se colocam ao país são: abordar, de uma vez por todas, a reforma da segurança e assegurar que a estabilidade política, com o papel preponderante do Parlamento Nacional no cerne deste processo, continuem a ser as pedras angulares da transição da fragilidade para o desenvolvimento sustentável. Quanto à primeira questão, o desafio de reorganizar o exército e a polícia nacionais deve ser encarado por meio de uma vasta consulta, a fim de clarificar e desenvolver os respectivos papéis. Tal como o representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas afirmou, a definição de um papel relevante para o exército num cenário de paz, mediante o reforço da sua formação, clarificando a sua relação com a polícia nacional e fomentando a responsabilidade interna e mecanismos de supervisão civis, será um dos desafios fundamentais que se colocarão ao Governo.

Em relação à segunda questão, a estabilidade política dependerá de diversos factores, mas sobretudo do êxito da estratégia para o desenvolvimento que o país abraçou (como criar riqueza e redistribuí-la) num contexto institucional adequado. Hoje em dia, há uma opinião consensual de que a ajuda ao desenvolvimento e o crescimento económico não podem funcionar sem uma boa governação. Por um lado, o país foi abençoado com recursos naturais, que terá de administrar cuidadosamente se quiser cumprir os seus objectivos de desenvolvimento. Por outro lado, terá igualmente de melhorar as suas normas democráticas (ou seja, transparência e responsabilidade perante o Parlamento Nacional), bem como o seu perfil enquanto membro dos grupos ASEAN e dos países ACP.

O papel do Parlamento Europeu deve centrar-se na construção da boa governação. O desafio fundamental continua a ser conseguir um Parlamento timorense activo e o seu bom funcionamento. O presente relatório contém algumas propostas nesse sentido. O reforço de capacidades para os Deputados do Parlamento, bem como do secretariado, e o recurso à experiência do PE no domínio de tradução/interpretação poderiam ser alguns eixos de cooperação. A Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, através do seu Instituto para a Promoção da Democracia Parlamentar poderiam coordenar o seu contributo nestas áreas, no âmbito dos programas estabelecidos no quadro do 10.º FED.

Outra possibilidade a explorar seria o modo de apoiar a próxima geração de líderes políticos timorenses. Antes de mais, estes líderes devem ser identificados e incentivados, motivados e, por último, apoiados por regimes concebidos em estreita coordenação com os partidos políticos, os doadores e o Parlamento Europeu.

O papel das Nações Unidas é igualmente importante para abordar algumas questões como a aparente lacuna de informações que existe entre o Secretariado dos países ACP e o Parlamento Nacional. A MINUT pode elaborar um plano para trazer membros do Parlamento à próxima reunião ACP-UE a ter lugar em Bruxelas, em Fevereiro de 2009, e continuar o seu apoio no âmbito do seu projecto de reforço da democracia parlamentar em Timor-Leste.

Foram efectuados muitos progressos, desde 2006, no domínio do desenvolvimento e da estabilidade política. Contudo, as realizações continuam a ser frágeis, conforme ilustram os atentados de 11 de Fevereiro de 2008 ao Presidente e ao Primeiro-Ministro. É necessário um auxílio internacional contínuo a uma dinâmica de apropriação nacional, que, no final de contas, é e permanecerá uma pedra angular da estabilidade no país, devendo continuar a ser a prioridade máxima num futuro imediato.

**DELEGAÇÃO DA COMISSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
PARLAMENTO EUROPEU A TIMOR-LESTE**

**PROGRAMA FINAL
29 Novembro-1 de Dezembro de 2008**

Sábado, 29 de Novembro

- 08.15 Chegada ao aeroporto de Díli e “transfer” para o Hotel Timor (1 viatura protocolar para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, 2 viaturas protocolares para o Parlamento)
- 09.30 Reunião com João Gonçalves, Ministro do Desenvolvimento
- 10.15 Ponto da situação com a Delegação
- 11.00 Reunião com o Presidente do Parlamento Nacional, Fernando Lasama, e membros da Mesa
- 12.00 Almoço
- 14.00 Reunião com o adjunto do Primeiro-Ministro, Dr. José Luís Guterres
- 16.00 Reunião com o Mari Alkatiri, Secretário-Geral do partido da oposição Fretilin
- 17.00 Reunião com o Bispo de Díli, Alberto Ricardo da Silva
- 18.00 Reunião com Atul Khare, representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas
- 19.00 Jantar oferecido pelo representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Atul Khare, no campo de deslocados Obrigado

Domingo, 30 de Novembro

- 08.30 Pequeno-almoço com o líder do PSD e o Deputado timorense Mário Carrascalão
- 10.00 Visita ao Hospital Guido Valadares de Díli, financiado pela UE
- 12.30 Almoço
- 15.00 Reunião com o Brigadeiro General Taur Matan Ruak
- 16.30 Reunião com os Advogados Sem Fronteiras
- 20.00 Jantar oferecido pelo Chefe da Delegação da CE

Segunda-feira, 1 de Dezembro

- 08.30 Reunião com o adjunto do Ministro do Planeamento e das Finanças
- 10.15 Reunião com Sua Excelência, o Presidente da República
- 10.45 Conferência de Imprensa
- Fim da missão e regresso dos Deputados a Bruxelas